PREVIDÊNCIA SOCIAL — PRESCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS AUTARQUIAS

— Não se aplica às autarquias o prazo quinquenal previsto no art. 178, § 1.º, incisos I e III, do Código Civil.

PARECER

1. As instituições de previdência social são órgãos delegados da União Federal e por ela criados para atender aos seguros sociais, cuja manutenção

a Constituição prevê. E as relações desses organismos com os particulares alcançados pelo seu regime decorrem de lei e não de simples atos de vontade. No que toca às contribuições devidas aos Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões, elas se equiparam aquelas devidas ao próprio Estado, tanto que a respectiva cobrança se faz pela via do executivo fiscal nos Juízos da Fazenda Pública, sendo privilegiados nos processos de falência os créditos delas decorrentes (Decreto-lei n.º 65, de 14 de dezembro de 1937, arts. 2.º, parágrafo único, e 9.º).

2. Frente a esses postulados, que hoje constituem verdades pacíficas ao alcance de todos, seria descabido, conforme se pretende, aplicar-se à prescrição das contribuições devidas às instituições de previdência, e no caso o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, ante a omissão da lei, as regras do art. 173, § 1.º, incisos II e III, do Código Civil, que alcançam as obrigações de natureza privadas, quando o certo é que se lhes devem aplicar as mesmas regras que vigoram para a prescrição da dívida ativa da União Federal, dos Estados e dos Municípios, isto é, das pessoas de direito público interno entre as quais se alinham, sem qualquer dúvida, as autarquias.

3. Assim, nesse terreno, caberia apenas questionar-se a prescrição que vigora, se é a *trintenária* prevista no art. 179 do Código Civil, o qual alude às obrigações não especificadas, se a do decreto n.º 857, de 12 de novembro de 1851, que estabelecia o prazo prescricional de 40 anos, ou se são imprimitivos os créditos da Fazenda.¹

4. Não nos parece, porém, oportuna a discussão que, neste processo, teria apenas aspecto acadêmico, dado que a dívida reclamada não alcançou o trintênio que a liberaria nos termos do art. 179 invocado do Código Civil. Basta, pois, se esclareça que, ao contrário do que pretende o recorrente, não se acha prescrita a dívida cobrada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

5. Também o curso de juros moratórios não oferece dúvida. As contribuições devidas à previdência social decorrem de lei, e esta fixa as respectivas importâncias e os prazos de recolhimento. Nesse particular a matéria é circunstanciadamente regida pelo Decreto-lei n.º 65, de 14 de dezembro de 1937, cujo art. 3.º expressamente determina que:

“O não recolhimento, na época própria, das contribuições devidas aos Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões sujeitará os empregadores responsáveis à multa moratória de 1% (um por cento) ao mês, devida de pleno direito, independentemente de qualquer declaração, além de incorrerem os faltosos na penalidade de 100\$000 (cem mil réis) a 10:000\$000 (dez contos de réis)”.

6. Incumbindo à recorrente, por lei expressa — Decreto n.º 24.077, de 3 de abril de 1934, e Decreto-lei n.º 65 citado — descontar de seus empregados as respectivas contribuições para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, e recolhê-las com as da própria empresa, na forma desses diplomas legais, e havendo deixado de atender a tais encargos, cabem-lhe as responsabilidades definidas no mencionado Decreto-lei n.º 65, devendo recolher a dívida, acrescida dos respectivos juros moratórios.

7. Assim decidiu a Câmara de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho e por isso o seu acórdão, em suas conclusões, é de ser confirmado.

Rio, 18-9-944. — Oscar Saraiva, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

1 Vide F. SA FILHO, *Estudos de Direito Fiscal*, Rio, 1942, pág. 47.